



Índice

- 01 Índios recuam em ocupação de prédio da DSEI, mas fecharão sete rodovias de MS
- 02 Petição reúne assinaturas para que Ibama não licencie porto e mineroduto Manabi
- 03 MPF/MS: Em Corumbá, comunidade quilombola sofre com falta de acesso a serviços básicos
- 04 Prefeita retira projeto de lei que afeta área de preservação ambiental em Balbino
- 05 Nota da ABA em repúdio as declarações do deputado Luiz Carlos Heinze (PPR-RS)
- 06 Nota em Solidariedade aos Tupinambá e aos Pequenos Agricultores no sul da Bahia
- 07 Justiça Federal determina retirada de publicações na internet de conteúdo discriminatório a índios !!!
- 08 Um aviso aos defensores do Progresso e aos povos do Tapajós
- 09 Pescadores cobram indenização da Petrobras por vazamento na Baía de Guanabara em 2000
- 10 XIX Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará
- 11 Em favor dos povos indígenas
- 12 Com registro de mais três casos, MS tem 83 propriedades rurais invadidas por indígenas
- 13 Acir pede liberação do FGTS para atingidos por enchente



- 14 Em Porto Velho, maior cheia deixa mais de 1.300 famílias fora de casa
- 15 Senadores aprovam auditoria do TCU para repasse de recursos a entidades indígenas
- 16 Aumentam casos de tuberculose entre os índios
- 17 Quilombolas denunciam perseguições e maus tratos
- 18 Avião se parte ao meio e deixa três pessoas feridas no Uiramutã
- 19 Comissão da Verdade ouve indígenas em audiência sobre expulsão de terras
- 20 Lideranças indígenas de Dourados fazem marcha por demarcação
- 21 Produtor de Iguatemi que teve fazenda saqueada inicia retirada do gado
- 22 Tetila pede melhor gestão do DSEI para a saúde indígena em MS
- 23 Deputados abrem debate sobre a questão energética
- 24 MPF pede regularização urgente da educação indígena em Santarém, PA
- 25 Índios invadem fazenda em MS e pecuarista tenta retirar gado
- 26 Indigenista Sydney Possuelo conversa sobre a convivência entre índios e brancos
- 27 Deputado que chamou índios e gays de "tudo que não presta" será processado por quebra de decoro
- 28 Deputado que atacou gays, quilombolas e índios pede desculpas
- 29 Moradores de Ilha de Maré fecham entrada do Porto de Aratu e denunciam contaminação da população
- 30 MS – Escritório da Funai na aldeia Jaguapiru, em Dourados, foi invadido e destruído.



Isso é terrorismo!

- 31** Expurgo do Maranhão: Secretaria Geral da Presidência da República quebra acordo negociado por Katia Abreu e iniciará expulsão de agricultores na próxima segunda feira



Índios recuam em ocupação de prédio da DSEI, mas fecharão sete rodovias de MS
SÍTIO MÍDIAMAX NEWS, 19.02.2014

As cerca de 30 lideranças indígenas que se reuniram, na tarde desta quarta-feira (19), no prédio do Distrito Especial de Saúde Indígena (DSEI-MS), em Campo Grande, recuaram na proposta de reocupação do local, mas programaram o fechamento simultâneo de sete rodovias de Mato Grosso do Sul para a próxima terça-feira (25). Os índios reivindicam melhorias na saúde e a vinda do coordenador nacional da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), Antonio Alves ao estado.

De acordo com o presidente do Conselho Distrital de Saúde Indígena, Fernando Souza, a decisão de fechamento das rodovias foi definida após a informação de que o coordenador somente teria data para visitar o estado daqui a 20 dias. "Queremos a vinda imediata", afirma.

Os índios pedem que coordenador faça visitas às aldeias do estado e dialogue com as lideranças para definir melhorias no setor da saúde indígena. Conforme o cacique João da Silva, da aldeia Lalima, em Miranda, a 202 quilômetros da Capital, a falta de ambulância e remédios são os principais problemas. "Tem índio que morre por não ter isto", relata.

Apesar de não especificarem quais serão as rodovias fechadas, a que dá acesso à cidade de Miranda está na programação. Além dela, as vias que dão acesso aos municípios de Sidrolândia, Nioaque, Dourados, Aquidauana, Caarapó e Tucuru também serão fechadas. "Os fechamentos ocorreram em horário comercial", afirma Fernando.

Caso a mobilização não surtir efeito, os índios prometem a reocupação do prédio da DSEI-MS, em Campo Grande.

Mobilizações

No decorrer desta semana os índios realizaram manifestações em todo o estado reivindicando melhorias na saúde. Na segunda-feira (17), indígenas das aldeias Jaguapirú e Bororó, de Dourados, distante 225 quilômetros de Campo Grande, realizam um bloqueio na rodovia MS-156.

Em janeiro, os índios encaminharam documento ao então ministro da Saúde, Alexandre Padilha, e a presidenta, Dilma Roussef, pedindo alterações na forma de administração da DSEI-MS. Este foi a segunda carta sem resposta enviada ao governo Federal. A primeira ocorreu após a ocupação por mais de 40 dias do prédio da DSEI-MS, em setembro do ano passado, que resultou na exoneração do então coordenador Nelson Carmelo Olazar.



Petição reúne assinaturas para que Ibama não licencie porto e mineroduto Manabi
SÍTIO SÉCULO DIÁRIO, 19.02.2014

Projeto de foco exportador, que envolverá os estados de Minas Gerais e Espírito Santo, descontenta população por seus danos ambientais e sociais

Uma petição online no site Avaaz pede que o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) não licencie o mineroduto e porto da Manabi. A pretensão é de que sejam recolhidas mil assinaturas. No começo da tarde desta quarta-feira (19), já haviam sido reunidas mais de 800. A instalação do Porto Norte Capixaba (PNC), de caráter exportador, está prevista para o vilarejo de Degredo, próximo a Regência, em Linhares (norte do Estado).

O Ibama, entretanto, foi apontado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), presente na audiência pública sobre o empreendimento que aconteceu no último dia 5 de fevereiro, como o órgão que atuou como uma empresa de consultoria à Manabi, sempre defendendo o empreendimento. Diante dos protestos contrários das comunidades afetadas, o instituto chegou a pedir "ordem para que o empreendimento pudesse avançar".

A Manabi, empresa brasileira de mineração e logística, pretende extrair minério de ferro na região do Morro do Pilar, em Minas Gerais, e transportá-lo por meio de um mineroduto até o superporto, gerido pela subsidiária Manabi Logística, que deverá escoar a matéria-prima extraída.

Os ditos investimentos se contrapõem à devastação ambiental e social que será provocada no vilarejo onde o empreendimento será instalado. Na verdade, o preço mais alto será pago pelas populações tradicionais de pescadores, que além de terem sua área de pesca completamente devastada, serão obrigadas a conviver com o avanço do minério na região. O superporto da Manabi poderá causar danos até mesmo à comunidade de Regência, dada a proximidade do empreendimento com o balneário.

A Associação dos Pescadores da Barra do Riacho e da Barra do Sahy já declarou, reiteradas vezes, que é contra a implantação do empreendimento no local, pois este inviabilizará completamente a pesca na região, impactando cerca de 400 famílias que dependem da atividade. Além disso, a ocupação litorânea pode prejudicar um trabalho de preservação das tartarugas-gigantes, realizado pelo Projeto Tamar há mais de 30 anos e que somente agora começa a dar resultados.

Vicente Buteri, presidente da associação, chegou a comparar os danos que poderão ser trazidos pelo terminal, que terá como prioridade o transporte de minério, à poluição e aos danos ambientais gerados pelos portos da Vale e da ArcelorMittal na Ponta de Tubarão, entre Serra e Vitória.

CONT.



Além disso, os empregos que serão gerados no processo de instalação dos portos no norte do Estado não compensam os danos ambientais, como definem os pescadores. O empreendimento também não absorve esses trabalhadores depois da fase de obras.

A coordenação estadual do MPA também se declarou contra a construção do porto, sobretudo pelos impactos causados. Para o movimento, é perfeitamente possível crescer sem esse tipo de empreendimento nocivo. O MPA narra que na audiência pública do empreendimento era notória a conformidade dos gestores públicos com a instalação do projeto, mesmo com diversas manifestações contrárias, que foram desconsideradas e desrespeitadas durante a reunião. O MPA também criticou a ausência das instâncias federal e estadual do Ministério Público e reforçou que ficou claro o esforço descomunal para passar por cima de todas as populações contrárias ao empreendimento, incluindo os pesquisadores do Projeto Tamar e os pescadores de Barra Nova.

O pesquisador e oceanógrafo da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), Eric Mazzei, que esteve presente na audiência, considerou o Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia/Rima) fraco com relação à abrangência dos ecossistemas costeiros e marinhos e apontou ainda que a alternativa para despoluição da água que sai do mineroduto e é novamente lançada ao mar é rudimentar, o que fatalmente formará um passivo ambiental semelhante ao que existe na Ponta de Tubarão, formado por pelotas e pó de minério despejados pela Vale na década de 1970. A Manabi chegou a afirmar que o seu minério é diferente do da Vale, pois "não produz pó de minério". Além disso, como relatou Mazzei, o pátio da retroárea, a esteira de minério e as pilhas do produto estarão desprotegidos, a céu aberto, o que espalhará o pó de minério de ferro na direção em que o vento soprar.

No último dia 11, o deputado estadual Luiz Durão (PDT) indicou Romeu Rodrigues, gerente-geral de pré-operação do porto da Manabi, para fazer uso da tribuna popular da Assembleia Legislativa (Ales) no dia 10 de março, para falar sobre os investimentos da empresa na região. Vicente, da associação de pescadores, questionou a atitude do deputado, que sequer procurou ouvir a população local para saber se esta, maior impactada pelo projeto, é favorável ou não à implantação do porto.

MPF/MS: Em Corumbá, comunidade quilombola sofre com falta de acesso a serviços básicos

SÍTIO MPF/MS, 19.02.2014

Condições precárias afetam 100 moradores, que convivem com ausência de água e luz e não têm sequer coleta de lixo



Moradores vivem em situação precária. Sem coleta de lixo, sujeira se acumula no local. Foto: MPF/MS

O Ministério Público Federal (MPF) em Mato Grosso do Sul oficiou empresas e órgãos públicos do município de Corumbá para garantir o direito, de aproximadamente 100 moradores da Comunidade Quilombola Família Campos Correia, de ter acesso a serviços assistenciais básicos.

Os descendentes de negros vivem em situação precária na periferia de Corumbá. Sem acesso à água potável, à energia elétrica e até mesmo sem coleta de lixo no local, os moradores se sentem esquecidos pelos órgãos públicos. A situação foi denunciada ao MPF pelo Instituto Mulher Negra do Pantanal (Imnegra), que afirmou já ter procurado várias secretarias municipais para prestar auxílio aos quilombolas, sem nenhuma resposta.

Em janeiro deste ano, o Ministério Público Federal visitou a comunidade e conversou com os moradores. Eles relataram que a falta de demarcação da terra tem inibido a prestação de serviços básicos e que a construção de um imóvel no local dificultou ainda mais o acesso à comunidade.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

“A falta de regularização fundiária não deve impedir que a prestação de serviços básicos - como infraestrutura, saúde e segurança - seja desde já adotada. Ao contrário, prestar esse atendimento é uma forma de garantir direitos sociais mínimos a uma comunidade vulnerável”, destaca o MPF.

Ofícios

Foram oficiadas a Enersul (Empresa Energética de Mato Grosso do Sul) e a Sanesul (Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul) para prestar esclarecimentos sobre o fornecimento de energia elétrica e água na região e estipular prazo para regulação do serviço.

Quanto aos órgãos públicos municipais, o MPF encaminhou ofício para a Secretaria de Assistência Social, que deve realizar um levantamento na comunidade para viabilizar a inclusão dos moradores no Cadastro Único Indígena e Quilombola (Cadunico); e para a Secretaria de Infraestrutura, Habitação e Serviços Públicos, de modo a possibilitar a instalação de pontos de coleta de lixo.

A Defesa Civil também deve atuar no local, realizando análise da natureza do terreno para elaboração de projeto de contenção de encosta.

Além da garantia de serviços básicos, o Ministério Público Federal também acompanha a regularização fundiária da comunidade. Processo demarcatório está em andamento no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em fase de licitação para elaboração de laudo antropológico.

--

Assessoria de Comunicação Social
Ministério Público Federal em Mato Grosso do Sul
(67) 3312-7265 / 9297-1903
(67) 3312-7283 / 9142-3976
www.prms.mpf.gov.br
ascom@prms.mpf.gov.br
[www.twitter.com/mpf_ms](https://twitter.com/mpf_ms)



Prefeita retira projeto de lei que afeta área de preservação ambiental em Balbino
SÍTIO ADITAL, 19.02.2014

A luta da comunidade de Balbino, em Cascavel, interior do Ceará, para manter a integridade de suas terras e evitar a invasão de investidores continua firme e gerando conquistas. No dia 11 de fevereiro, Adital publicou um artigo de Camila Mota Farias em que a historiadora denuncia a investida da prefeita de Cascavel ao enviar à Câmara Municipal um Projeto de Lei (PL) que retirava de Balbino o status de Área de Proteção Ambiental (APA) e abria a região ao "desenvolvimento socioeconômico". Como sempre fez, a comunidade reuniu forças e conseguiu a retirada do PL.

O Projeto de Lei da prefeita Francisca Ivonete Mateus Pereira propunha a redefinição das áreas e do uso da Zona Especial APA do Balbino – (ZE6), transformando a região em uma área urbana do município de Cascavel e dividindo-a em Área de Preservação Permanente (APP), Zona de Urbanização Consolidada do Balbino (ZUC01) e Zona de Interesse Turístico (ZIT). Nesta seria permitido o parcelamento do solo para implantação do Condomínio Urbanístico Sustentável. A justificativa era de que a mudança seria "favorável ao processo de desenvolvimento socioeconômico e bem estar da população do município".

Diante desta ameaça a população, organizada por meio da Associação dos Moradores do Povoado de Balbino, produziu um documento contando a história da comunidade e solicitando a retirada do PL. Os vereadores receberam uma cópia do documento e uma solicitação para que não votassem a favor do projeto. O presidente da Câmara de Cascavel também foi chamado a não colocar o projeto em pauta.

De acordo com Nazareno Almeida, diretor da Associação de Moradores, além de entregar este documento para a prefeita a comunidade também deixou aberto um canal de diálogo. "Nós não queremos ser acusados de estar atrasando o desenvolvimento do município, mas queremos que qualquer mudança seja feita após diálogo com os membros da comunidade, que são os donos da terra".

Na semana passada a prefeita pediu a retirada do projeto de lei, no entanto, de acordo com Nazareno, a Associação não foi formalizada sobre o assunto. Sendo assim, não se sabe qual foi a intenção, se retirá-lo definitivamente ou fazer modificações e remeter novamente à Câmara Municipal.

Após contato com a Assessoria de Comunicação do Município de Cascavel para esclarecer o assunto, Adital recebeu uma nota assinada pelo advogado Júlio Lima.

"Muito embora o projeto de lei em questão tenha sido pauta de audiência pública da qual participaram representantes dos moradores da área envolvida, tendo sido deliberado pelo apoio dos envolvidos ao projeto, ainda assim, e visando promover uma ampla discussão junto à população do Balbino, o Poder Público Municipal, seja por intermédio da Prefeitura, seja

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

através do Legislativo, retomará os debates, oportunizando novas audiências públicas com o objetivo de ratificar ou não o que definido anteriormente. Ressalte-se: a deliberação quanto à implementação ou não das mudanças versadas no projeto de lei em questão somente ocorrerá após expressa ratificação popular, razão pela qual o projeto de lei foi retirado de pauta”.

Além do respeito à área, povoada inicialmente por índios e negros que fugiam da escravidão, Nazareno esclarece que os atuais 964 moradores reivindicam a definição das normativas da APA, sua estruturação e um projeto de preservação que impacte no município de Cascavel.

Abaixo-assinado

Para ajudar a região a se proteger da especulação imobiliária a Associação de Moradores do Povoado de Balbino preparou um abaixo-assinado virtual, que será entregue ao Governador do Estado do Ceará, Cid Ferreira Gomes, e ao Ministério Público Federal no Ceará, os interessados em ajudar podem assinar e repassar.

Leia o artigo de Camila Mota Farias com mais informações sobre Balbino em: <http://site.adital.com.br/site/noticia.php?lang=PT&cod=79379>



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

Nota da ABA em repúdio as declarações do deputado Luiz Carlos Heinze (PPR-RS)
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2014

A Associação Brasileira de Antropologia torna publico seu repudio as declarações do deputado Luiz Carlos Heinze (PPR-RS) que afirmou em audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara em Vicente Dutra, no norte do Rio Grande do Sul: "o mesmo governo... seu Gilberto Carvalho também é ministro da presidenta Dilma. É ali que estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta, ali está alinhado. E eles tem a direção, que tem o comando do governo".

Na mesma ocasião, o deputado Alceu Moreira (PMDB-RS) incitou os agricultores a armarem-se contra eventuais ocupações indígenas. A ABA junta-se a FUNAI para exigir que se faça justiça e que tais crimes sejam investigados e que os deputados respondam por crime de " falta de decoro parlamentar".

Carmen Rial Presidente da ABA

Brasília, 17 de fevereiro de 2014.



Nota em Solidariedade aos Tupinambá e aos Pequenos Agricultores no sul da Bahia
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2014

As entidades, movimentos e pessoas que assinam esta nota, entendem que o clima ora estabelecido no sul da Bahia, de intensa gravidade e descontrole, culminando com a morte de Juraci Santana, liderança do assentamento Ipiranga, em Una/BA, se deve à inoperância e irresponsabilidade dos Governos Federal, e Estadual.

Esta postura do governo tem sido o principal elemento para aumentar o clima de tensão e violência no sul da Bahia, vitimando em especial os Tupinambá, e os pequenos agricultores. Após a conclusão dos estudos oficiais exigidos pela Constituição, e que comprovaram a ocupação tradicional do território pelos indígenas, cabe agora ao Ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, assinar a Portaria Declaratória. O documento está nas mãos do Ministro há quase dois anos, apesar de a legislação determinar o prazo máximo de 30 dias. Com esta postura, o governo brasileiro viola os direitos originários do Povo Tupinambá, garantidos na Constituição Federal de 1988, e assegurados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT, ratificada pelo Brasil em 2002.

A demora na assinatura da Portaria emperra que outros encaminhamentos relativos à regularização do território avancem. Os pequenos agricultores não conseguem receber as indenizações previstas na legislação, e se sentem inseguros quanto ao futuro. Cabe ressaltar que a legislação brasileira estabelece que os ocupantes não indígenas que de boa fé se encontram dentro da área, devem ser reassentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em outras áreas, e receber indenizações pelas benfeitorias, a serem pagas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI), com recursos públicos. Dessa forma, os direitos de todas as pessoas, indígenas e não indígenas, são assegurados na lei, como forma de realizar a justiça e promover a paz.

Aproveitando-se desta inércia governamental, latifundiários que sempre foram contra a Reforma Agrária, e que nunca se preocuparam com a qualidade de vida de famílias agricultoras, organizam ações violentas contra o cumprimento da legislação em vigor. Vários interesses políticos eleitoreiros também se manifestam, exacerbando a violação de direitos na região.

A CNBB Regional Nordeste 3, ainda no mês de novembro de 2013, manifestou intensa preocupação ao ponto de lançar uma nota com o título “nota sobre conflito no sul da Bahia”, os Bispos reunidos em Assembleia com agentes de pastoral e forças vivas do Regional, destacam: “A omissão do Governo brasileiro é a causa do enorme prejuízo da população atingida, tanto os pequenos produtores rurais como os índios Tupinambás. É urgente a pacificação no sul da Bahia garantindo os direitos dos indígenas e dos pequenos produtores. Isso só acontecerá quando o Governo cumprir com seus deveres constitucionais. Apelamos para a sensibilidade do Ministério da Justiça a fim de que reverta esse quadro dramático e tome as providências devidas para a regularização das terras no sul da Bahia, com a urgência que o caso requer”. No

CONT.



mês seguinte à publicação desta nota, três índios Tupinambá são assassinados no município de Una.

Nós que apoiamos os direitos e as reivindicações dos povos indígenas, e dos pequenos agricultores que precisam de terras e de boas políticas públicas para se viabilizarem, alertamos as autoridades constituídas, especialmente o ministro da Justiça, para a necessidade urgente de cumprimento da lei, para que esse caso não seja mais um daqueles em que violências são perpetradas, e a impunidade se torna a marca mais visível e duradoura.

Por tudo isto, As entidades que subscrevem esta nota, vêm a público se solidarizar com a luta da comunidade Tupinambá de Olivença e trabalhadores rurais do sul da Bahia, e em nome da verdade, denunciar toda esta "orquestração" com elementos de campanha eleitoral, montada para prejudicar o povo Tupinambá e os pequenos agricultores; e para repudiar a continuação de práticas coloniais e discriminatórias contra as populações tradicionais. Apoiamos incondicionalmente a demarcação das terras indígenas e a realização de uma autêntica Reforma Agrária.

Rebatemos publicações sensacionalistas divulgadas na região contra os Povos Indígenas, em especial neste momento, contra os Tupinambá de Olivença, retratando-os como selvagens, bandidos, empecilhos ao desenvolvimento, ameaçadores; entre outras expressões racistas. Acreditamos que esta estratégia faça parte de uma articulação nacional demonstrada em vídeo onde se registram discursos de deputados da bancada ruralista estimulando que agricultores usem de segurança armada para expulsar indígenas do que consideram ser suas terras, e afirmam que quilombolas, índios e homossexuais são "tudo o que não presta", e incitam a violência contra os povos indígenas. (http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=7365&action=read). Toda esta ação tem o claro objetivo de fortalecer uma opinião pública anti-indígena, o que, consequentemente, incentiva a eliminação gradual e contínua dos Povos Indígenas Brasileiros.

Denunciamos as perseguições e violações que sofrem o Povo Tupinambá, por defenderem a sua integridade, e a devolução do seu território, que são os poucos espaços que lhes restam, depois de 513 anos de roubo, expulsões e etnocídio. As terras indígenas são terras da União, não podem ser compradas e nem vendidas. Exigimos o respeito aos direitos constitucionais, em especial aos Artigos 231, 232. Que o ministro da Justiça cumpra com suas obrigações e que a presidenta Dilma Rousseff, o governador Jacques Wagner e seus aliados (agro negócio) respeitem a Constituição e os direitos dos povos indígenas.

Assinam a nota:

Articulação em Políticas Públicas da Bahia (APP), Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR), Associação Nacional de Ação Indigenista (ANAÍ), Associação para o Resgate Social (ARES), Associação de Docentes da UECS/ADUSC, Caritas NE 3, Centro de Agroecologia e Educação da Mata Atlântica (OCA), Centro de Estudos e Pesquisa para o Desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia (CEPEDES), Coletivo de Alfabetizadores Populares da Região Cacaueira (Caporec), Coletivo Retomada (ANEL/UESC) Comissão Pastoral da Terra (CPT), Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), Conselho de Cidadania Permanente (CCP), Conselho Indigenista

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

Missionário (CIMI), Conselho Nacional dos Cines Clubes (CNC), Conselho Pastoral dos Pescadores (CPP), Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), Escola Agrícola Comunitária Margarida Alves (EACMA), Federação dos Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), Frente dos Trabalhadores Livres (FTL), Fórum Estadual de Educação no Campo, Grupo Tortura Nunca Mais (GTNM- BA), Grupo de pesquisa Memória, Territorialidades e Processos Identitários no Recôncavo da Bahia(mito/UFRB), Levante Popular da Juventude, Movimento Camponês Popular (MCP), Movimento Mulheres em Luta (MML/BA), Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA), Movimento de Luta pela Terra (MLT), Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), Programa de Pesquisa sobre Povos Indígenas do Nordeste Brasileiro (Pineb/UFBA), Teia Agroecológica dos Povos da Cabruca e da Mata Atlântica, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santa Luzia, União Geral dos Trabalhadores (UGT), União dos Conselhos de Cines Clubes da Bahia (UCCBA)



Justiça Federal determina retirada de publicações na internet de conteúdo discriminatório a índios !!!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2014

Decisão liminar manda remover mais de 30 publicações no Facebook e fixa multa a ser aplicada caso novas notícias com o mesmo tom sejam publicadas

A Justiça Federal no Amazonas atendeu ao pedido de medida liminar feito pelo Ministério Público Federal no Amazonas (MPF/AM) em ação civil pública e determinou que o administrador da página Portal Apuí no Facebook, Ivanir Valentim da Silva, retire da página notícias com conteúdo discriminatório e incitação ao ódio contra os povos indígenas da etnia Tenharim, veiculadas desde dezembro de 2013.

De acordo com a decisão liminar, o administrador deve remover mais de 30 publicações, onde foram identificadas incitação ao ódio contra a etnia, incitação a práticas criminosas, generalização de responsabilidade por crime e discurso injurioso contra defensores dos direitos indígenas. Ele deverá ainda remover, das demais notícias veiculadas, os comentários que contenham ofensas, injúrias e conteúdo discriminatório contra os indígenas Tenharim.

Caso não cumpra a decisão no prazo fixado de 72 horas, continue a publicar notícias com tom discriminatório e ofensivo contra o povo indígena Tenharim ou não remova comentários com tom discriminatório e ofensivo no prazo máximo de 48 horas, o administrador deverá pagar multa diária de R\$ 800.

A decisão liminar prevê também a intimação do Facebook, em São Paulo, determinando a retirada do conteúdo mencionado.

Conflitos e violência – A região do sul do Amazonas vive dias de instabilidade desde dezembro de 2013 em função da morte de um indígena e do desaparecimento de três pessoas na área da terra indígena Tenharim Marmelos, cortada pela rodovia Transamazônica (BR-230). Ainda no início dos conflitos, o MPF/AM identificou uma série de mensagens discriminatórias publicadas em páginas de redes sociais e portais de notícia da região e expediu recomendação com o objetivo de cessar a incitação à violência e discurso de preconceito contra indígenas da etnia tenharim.

Segundo a ação, em uma das mensagens divulgadas após o incêndio de prédios e bens públicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) em Humaitá e da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), o Portal Apuí escreveu "QUE PENA! Barquinho chique, camarote, TV de Plasma, muito luxo. Tudo cinza agora", como legenda de uma foto do barco da Funai incendiado durante protestos que tinham os indígenas como alvo. Essa e várias outras postagens com mensagens de incitação à violência e satisfação com atos de destruição do patrimônio público federal foram coletadas pelo MPF desde o início dos fatos e anexadas à ação apresentada à Justiça.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

Apesar de ter manifestado concordância com a recomendação em mensagens publicadas na página, o responsável pelo Portal Apuí continuou divulgando uma série de mensagens nas quais, entre outras atitudes, chama os indígenas de “bandidos” e reconhece a existência de “ódio contra os tenharim”.

Liberdade de expressão x práticas abusivas – Para o MPF/AM, o direito à liberdade de expressão é indispensável para o exercício da democracia, mas não foi criado de forma absoluta, sem restrições, e deve ser exercido com ponderação e garantia do contraditório. “A atividade jornalística não goza de liberdade plena, devendo ser compatibilizada a garantia constitucional com o respeito aos demais direitos fundamentais previstos na Constituição, notadamente aqueles que buscam fundamento direto no princípio da dignidade da pessoa humana”, ressalta um trecho da ação.

Nos argumentos apresentados à Justiça, o MPF também afirma que atribuir qualidades negativas discriminatórias a um grupo de indivíduos, como fez o jornalista processado, atinge a dignidade deste grupo perante a sociedade, o que constitui abuso do direito de expressar-se livremente. “Ao agir de forma que extrapola o âmbito de proteção do direito à liberdade de expressão/imprensa, surge a necessidade de remover os ilícitos causados, bem como de inibir o réu a adotar condutas similares no futuro”, defende o órgão em outro trecho do documento.

Ainda na ação civil pública, o MPF pede que, ao final da tramitação do processo, o administrador da página Portal Apuí seja condenado ao pagamento de indenização por dano moral coletivo, no valor de R\$ 100 mil.

A ação continua tramitando na 1ª Vara Federal no Amazonas, sob o número 2206-34.2014.4.01.3200.

Assessoria de Comunicação
Procuradoria da República no Amazonas
(92) 2129-4743 / 4661
ascom@pram.mpf.gov.br
twitter.com/MPF_AM



Um aviso aos defensores do Progresso e aos povos do Tapajós

SÍTIO IHU, 19.02.2014

"O que está ocorrendo hoje no rio Madeira é um prenúncio do que vai acontecer no rio Xingu, no rio Teles Pires e também na bacia do rio Tapajós. As populações desses rios não podem fechar os olhos e enterrar a cabeça no travesseiro(...)", escreve Edilberto Sena, padre coordenador geral da Rádio Rural de Santarém, presidente da Rede Notícias da Amazônia – RNA e membro da Frente em Defesa da Amazônia – FDA, 11-02-2013.

Eis o artigo.

Isso mesmo, um alerta aos que aplaudem a estratégia do ambicioso incompetente ministro das minas e energia, Edson Lobão, marionete do feudalista José Sarney. Também um alerta aos que pensam que as hidroelétricas destruindo a Amazônia são necessárias ao crescimento econômico do Brasil e seu desenvolvimento. As duas hidroelétricas do rio Madeira, já em funcionamento quase concluído, estão aí provocando mais desastres às populações ribeirinhas e à própria capital Porto Velho. Os jornais confirmam a situação dramática.

Aqui um depoimento do G1. Jornal Hoje, 14.02.2014 - Notícias de Rondônia: "Em RO, água que sai das comportas de usinas aumenta força da correnteza. As ondas formadas pela força da correnteza (banzeiro) do Rio Madeira ficaram mais fortes, a partir da abertura das comportas das usinas hidrelétricas Santo Antônio e Jirau, segundo a Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais (CPRM). No entanto, apesar de muitos moradores das áreas alagadas culparem os dois empreendimentos pela cheia do rio, a CPRM diz que este é um fenômeno natural e está sendo monitorado diariamente. As duas usinas negam qualquer influência na cheia do rio".

"A água, de fato, sai mais forte dos vertedouros, mas até que ponto ela consegue se estabilizar isso nós não podemos dizer", afirma Francisco de Assis dos Reis Barbosa, engenheiro hidrólogo do CPRM, que ressalta que próximo às comportas das usinas, a água é mais forte e ao longo do rio vai se espalhando e normalizando. Mas, frisa que não é possível dizer se há realmente alguma influência das usinas sobre o rio".

As empresas das duas usinas tentam desviar as atenções da população para as causas dos desastres, dizendo que o excesso de água é devido a enchente do rio Madeira, causada pelos andes bolivianos. No entanto, a empresa de Jirau acusa internamente a empresa da usina Santo Antônio de ter ampliado sua barragem, acima de 75 metros de altura, causando crescimento do lago e transtornando os trabalhos de sua usina, que fica 110 quilômetros distante da primeira, que fica em frente a cidade de Porto Velho. Os estragos são alarmantes. O mesmo G1. Jornal hoje atesta:

"Porto Velho tem 345 famílias retiradas das casas; o rio avança 20 cm em 12h . O Nível do rio está a 14 centímetros da marca histórica registrada em 1997.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

Prefeitura tem apoio de igrejas, aluga apartamentos e pede ajuda às usinas. Dez bairros foram atingidos em Porto Velho e a água ameaça chegar ao centro da cidade. Cento e trinta famílias já foram retiradas das casas e levadas para abrigos. Comunidades ribeirinhas ao longo do rio estão completamente inundadas”.

O governo federal silencia, seus serviços do Ministério das Minas e Energia não sabem o que dizer e fazem de conta que aquilo é problema dos consórcios empreiteiros. O Lobão faz de conta que aquilo é apenas um detalhe negativo de duas obras magníficas. Mas a natureza Amazônia reage e avisa que toda ação, especialmente as mais irresponsáveis, têm reação sem retorno.

O que está ocorrendo hoje no rio Madeira é um prenúncio do que vai acontecer no rio Xingu, no rio Teles Pires e também na bacia do rio Tapajós. As populações desses rios não podem fechar os olhos e enterrar a cabeça no travesseiro, como se aqui não acontecerá, porque o pessoal da Eletronorte garante que as usinas no Tapajós serão todas a fio d'água. Como serão a fio d'água, se já a barragem de São Luiz do Tapajós terá altura de 36 metros? E se serão mais seis barragens ao longo do belo rio ameaçado?

Os exemplos do rio Madeira, onde as falácias do governo federal dizem que são hidroelétricas a fio d'água e os desastres sociais e ambientais já se manifestam, revelam a irresponsabilidade, tanto do Ministro das Minas e Energia, quanto da presidente da república, que insistem em manipular leis e Constituição para construir dezenas de hidroelétricas numa bacia Amazônia sensível e inadequada para tal megalomania.

As populações da bacia do Tapajós estão alertadas. Não podem continuar de braços cruzados, festejando copa do mundo, quando a barba do vizinho está no fogo. E não podem essas populações esperar que apenas o povo Munduruku enfrente a Força Nacional da presidente. Só unidos podemos resistir e precisa ser logo antes que seja tarde demais.



Pescadores cobram indenização da Petrobras por vazamento na Baía de Guanabara em 2000

SÍTIO ECODEBATE, 19.02.2014

Um grupo de pescadores protestou ontem (18), em frente à sede da Petrobras, contra os danos ambientais causados pela estatal na Baía de Guanabara. Com redes de pesca, vestidos de preto, o grupo cobrou o pagamento de indenização estipulada em R\$ 1 bilhão pelo acidente que provocou o derramamento de 1,8 milhão de litros de óleo na baía, em 2000.

Segundo o Fórum de Pescadores e Amigos do Mar, o acidente causou uma série de impactos socioambientais e provocou a redução de 90% da pesca na região. Pelo dano, ocasionado por um problema em oleoduto da Petrobras, a Justiça condenou a empresa a pagar R\$ 1 bilhão de indenização. "Até hoje, a empresa não cumpriu a decisão. Os pescadores estão idosos, doentes, empobrecidos, venderam embarcações para pagar dívidas. Muitos morreram, suas viúvas estão abandonadas e os que sobraram não têm sustento", disse o ambientalista Sérgio Ricardo, que integra o fórum. "Há um drama humano, queremos o diálogo", completou. Procurada pela reportagem, a Petrobras não se pronunciou sobre o caso.

Da colônia de pescadores Z-10, de Niterói, Jane dos Santos, de 71 anos, participou do ato e relembrou os efeitos do vazamento. "[A baía] tinha garça rosa, garça cinza, tinha mexilhão, peixe-carapicu, maria-preta e cocoroca. A poluição acabou com tudo", disse. Ela pescava 0,5 tonelada por dia antes do acidente. Depois, a média caiu para 200 quilos. "Tirava 40 panos de rede por dia, pescava muito, conheço todas as colônias do Rio. Parei de pescar pela idade, aposentei com um salário mínimo. Não dava mais", completou.

Durante o protesto, os pescadores alertaram para existência de óleo remanescente nos manguezais e no fundo da baía, o que tem afetado a reprodução dos peixes até os dias de hoje e provocado o desaparecimento de espécies. "Todos os berçários de peixe foram consumidos pelo óleo da Petrobras", disse o pescador Paulo Sérgio, de Niterói.

"O óleo afundou, mas fica lá, matando. Você joga uma linha e pode ver, ela volta suja de óleo. Então, todos os peixes que tinha, que se alimentavam do limo das pedras, e também o camarão, o boto, não existem mais", explicou Paulo Sérgio, que é da Colônia Tubiacanga. Para sobreviver, ele conta que alguns pescadores alugam barcos para o turismo.

Para o Fórum de Pescadores, a expansão da indústria petroleira tem ocorrido sem "critérios técnicos e sem ouvir as comunidades impactadas" e ameaça a fauna e o meio de trabalho e vida dos pescadores. Eles cobram o zoneamento ecológico-econômico e demarcação de territórios pesqueiros pelo governo do estado.

A Secretaria Estadual do Ambiente também não respondeu sobre os procedimentos solicitados pelos pescadores.

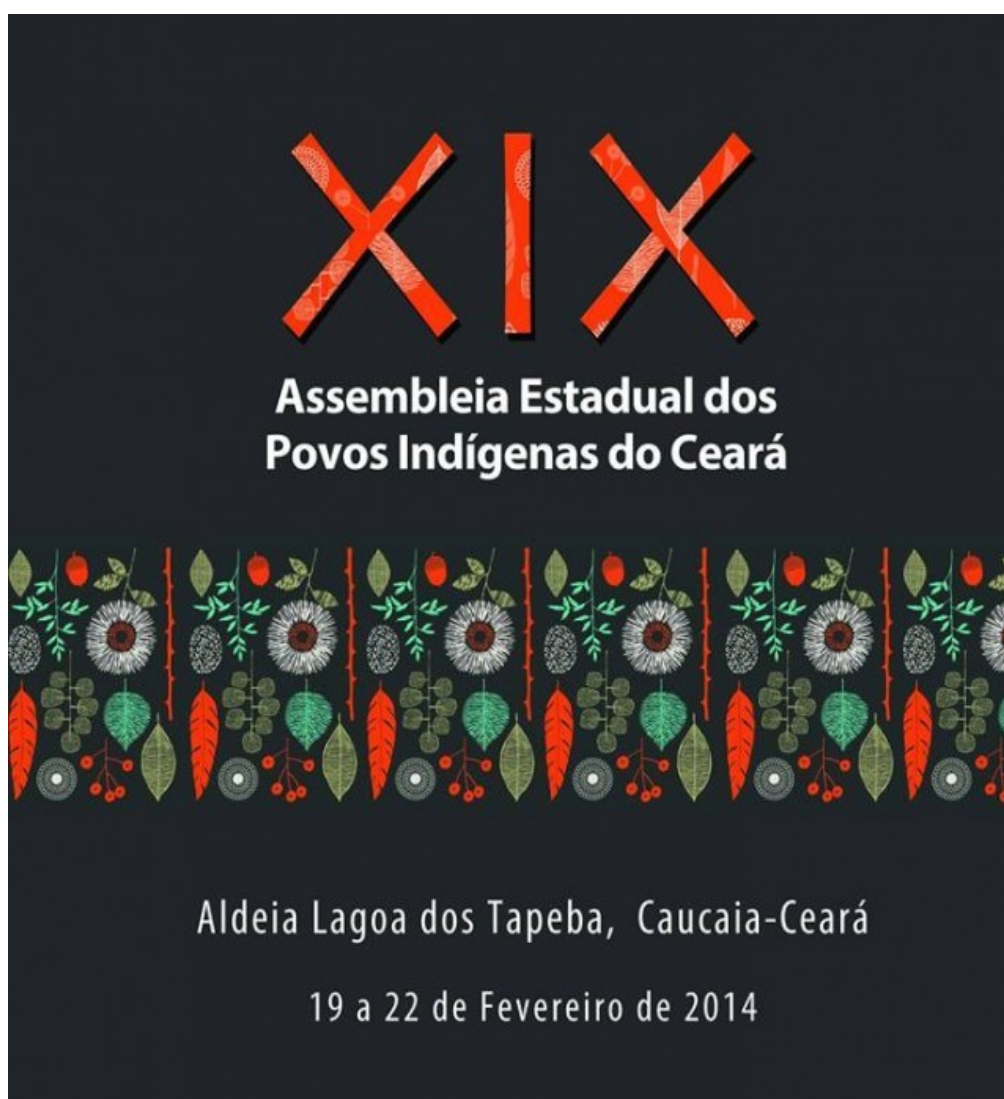
Reportagem de Isabela Vieira, da Agência Brasil, publicada pelo EcoDebate, 19/02/2014



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

XIX Assembleia Estadual dos Povos Indígenas do Ceará
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 19.02.2014





Em favor dos povos indígenas

SÍTIO CIMI, 19.02.2014

O Conselho de Missão entre Povos Indígenas (Comin) e o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) manifestam total solidariedade aos povos indígenas do Brasil, em especial, às comunidades indígenas do Rio Grande do Sul, diante do desrespeito, preconceito e violência dos quais têm sido alvos nos últimos tempos. Durante o ano de 2013, o Comin e o Cimi se manifestaram diante de várias situações violentas sofridas pelas comunidades Kaingang e Guarani, por vezes junto a outros grupos minoritários. Contudo, a lentidão ou omissão das autoridades competentes para atender as demandas reivindicadas e de direito (demarcação de terra; políticas públicas condizentes; investigação e julgamento dos atentados a tiros, ameaças de morte, coerção e do abuso de poder de servidores público; e outras violências) criou possibilidades para que as declarações e incitações violentas ocorressem no dia 29 de dezembro de 2013, em Vicente Dutra (RS).

As declarações ocorreram durante a realização da Audiência Pública da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR), da Câmara dos Deputados Federais. A audiência foi conduzida e coordenada pelo deputado Vilson Covatti (PP/RS), com participação dos deputados federais Alceu Moreira (PMDB/RS) e Luiz Carlos Heinze (PP/RS). O tema da audiência era os conflitos oriundos do processo de demarcação das terras de ocupação tradicional kaingang, a Terra Indígena (TI) Rio dos Índios, de 715 hectares. Contudo, durante a audiência, que não teve a participação da comunidade kaingang ou de entidades de defesa dos direitos humanos ou dos povos indígenas, somente os setores políticos, sindicais e dos agricultores se manifestaram. Todos contrários à homologação da TI Rio dos Índios. Os discursos incitavam a comunidade não indígena de Vicente Dutra e região a resistir e desconhecer a presença histórica e legitimidade da reivindicação da comunidade indígena.

A publicação do vídeo, com cerca de três minutos, na última semana, é uma amostra dos discursos e falácias proferidas durante duas horas. Os três deputados federais ocuparam maior tempo, porém representantes de prefeituras, sindicatos e das famílias agricultoras também se manifestaram. A íntegra da audiência pode ser visualizada no sítio eletrônico do youtube, sob o título "Audiência Pública em Vicente Dutra (RS)" – [Parte 1 até Parte 6]. Além das barbaridades já divulgadas, ocorreram outras. Inclusive, propaganda eleitoral ao governo estadual do Rio Grande do Sul, em que se afirma que as pré-candidaturas de Ana Amélia Lemos (PP/RS) e José Ivo Sartori (PMDB/RS) orientariam a Brigada Militar a defender a propriedade privada e não permitiriam a continuidade dos processos e manifestações das comunidades indígenas. Desrespeitam, assim, a legislação brasileira e as prerrogativas do direito fundamental de acesso e permanência na terra dos povos indígenas, como estipulado pela Constituição Federal do Brasil, a declaração da Organização das Nações Unidas (ONU) e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Ressalta-se que a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas define

CONT.



no artigo 2o: "Os povos e pessoas indígenas são livres e iguais a todos os demais povos e indivíduos e têm o direito de não serem submetidos a nenhuma forma de discriminação no exercício de seus direitos, que esteja fundada, em particular, em sua origem ou identidade indígena". Da mesma forma a Constituição Federal do Brasil, constituído como Estado Democrático de Direito, estabelece como um dos objetivos fundamentais, "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação" (art. 3º, inciso IV da CF 88). Assim, a discriminação e o preconceito se constituem em crime, como tipificado pelo artigo 20 da lei nº 7.7716/89 (Lei do Crime Racial): "Praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional".

O Comin e o Cimi referendam o documento elaborado pelas lideranças indígenas entregue ao Ministério Público Federal/Passo Fundo, durante o Encontro de Lideranças Indígenas, realizado na Comunidade Kaingang RêKuju, nos dias 13 e 14 de fevereiro de 2014. Reafirmamos e também "exigimos punição severa a esses deputados contra os crimes de preconceito racial, étnico, apologia ao crime e a violência, discriminação social, econômica, de gênero, religiosa e formação de milícias. A incitação preconceituosa e violenta, aliada a interesses eleitorais, representa uma ameaça aos direitos humanos dos povos indígenas e promove uma opinião contrária e irreal sobre as comunidades e os povos indígenas", como expresso no documento das lideranças indígenas. 'O que não presta' é o preconceito e a incitação à violência. A luta por uma sociedade plural, cidadã e com justiça social é o que se quer para a sociedade brasileira. Fevereiro de 2014 Conselho de Missão entre os Povos Indígenas (Comin) Conselho Indigenista Missionário (Cimi).



Com registro de mais três casos, MS tem 83 propriedades rurais invadidas por indígenas

SÍTIO NOTÍCIAS AGRÍCOLAS, 19.02.2014

A lista de propriedades rurais invadidas por indígenas em Mato Grosso do Sul subiu para 83 nesta quarta-feira (19), quando a Federação da Agricultura e Pecuária do MS (Sistema Famasul) recebeu a confirmação de mais três invasões, ocorridas há mais de um ano. As propriedades estão localizadas em Bodoquena e são vizinhas da área denominada Terra Indígena Kadiwéu.

Segundo o advogado dos produtores, José Amaral Júnior, que também teve sua propriedade invadida, os indígenas realizaram as duas primeiras invasões em 10 de setembro de 2012, quando cerca de cinco pessoas entraram na Estância Amaralina e na propriedade Tarumã. "Eles, cortaram a cerca que dividia as propriedades e disseram que as terras pertenciam aos índios. Agora há um casal ocupando as duas áreas", afirma Amaral. A terceira invasão ocorreu em junho de 2013, quando a Chácara Recanto também foi tomada pelos indígenas.

As terras invadidas integram a Colônia Bodoquena, assentamento que reúne pequenas propriedades rurais, criada a partir de projeto do Governo Federal na década de 1970. "São áreas muito pequenas, onde as pessoas trabalham e vivem da terra. Não há grandes produtores ali e mesmo assim os indígenas tomaram conta", relata o proprietário.

A Estância Amaralina, primeira a ser invadida, tem 148 hectares. A Tarumã, invadida no mesmo dia, tem área de 24 hectares, e a Chácara Recanto possui 55 hectares. Além destas, há ainda a Estância Campos Verdes, de 35 hectares, que sofre ameaça de invasão. "Já acionamos a Justiça, mas ainda não obtivemos nenhuma resposta. Além das três propriedades invadidas, há outra área com constantes ameaças de invasão", finaliza o advogado.

Fonte: Famasul



Acir pede liberação do FGTS para atingidos por enchente

SÍTIO RONDÔNIA AGORA, 19.02.2014

O senador Acir Gurgacz (PDT) solicitou que o governo federal libere recursos emergenciais para os municípios atingidos pelas cheias do rio Madeira e recursos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) para as famílias desabrigadas.

A medida, segundo o senador, servirá para que os municípios possam atender melhor os desabrigados e recuperar a infraestrutura urbana e rural da cidade após a enchente, bem como para que as famílias possam ter uma ajuda extra para recomporem suas vidas.

“Muitas famílias estão perdendo tudo, inclusive sua fonte de sustento, e o governo federal precisa auxiliar essas famílias e o municípios durante as cheias e mesmo após as águas baixarem”, frisou Acir.

Gurgacz também chamou atenção para o drama dos ribeirinhos. “São pessoas que vivem da lavoura, que vivem da pesca, que vivem da pecuária e da produção de leite. São pessoas que têm pequenas propriedades e que precisam do apoio do governo, porque, realmente, estão sofrendo muito”, disse, informando que no último sábado o ministro Francisco Teixeira, da Integração Nacional, esteve em Rondônia e, juntamente com o governador Confúcio Moura, o prefeito Mauro Nazif e outras autoridades sobrevoaram áreas atingidas pelas cheias do Madeira e seus afluentes.

O senador agradeceu o pronto atendimento e auxílio do Ministério da Integração Nacional. Elogiou o trabalho que está sendo feito pela Defesa Civil Estadual e dos municípios de Porto Velho e Guajará-Mirim, bem como o apoio do Exército, dos Bombeiros, da Polícia Militar, dos órgãos governamentais, de associações civis e da população, que tem demonstrado sensibilidade com as dificuldades vividas pelos ribeirinhos e pelas comunidades atingidas pelas águas. “Vivemos um momento difícil, mas também de muita solidariedade, onde muitas forças sociais estão juntas auxiliando as famílias atingidas”, salientou Gurgacz.

A senadora Vanessa Grazziotin, do PCdoB do Amazonas, e o senador Jorge Viana, do PT do Acre, em aparte ao senador Acir Gurgacz, manifestaram solidariedade ao povo de Rondônia e falaram da necessidade da bancada da Amazônia trabalhar unida nesta questão. “Vamos formar comitiva para solicitar esse apoio do governo federal, pois já temos municípios em situação de calamidade pública no Amazonas e no Acre e a tendência é as chuvas se intensificarem nos próximos dias”, observou a senadora Vanessa Grazziotin.

Em Porto Velho, maior cheia deixa mais de 1.300 famílias fora de casa
SÍTIO G1, 19.02.2014

*Cota do Rio Madeira continua subindo a cada medição, diz Defesa Civil.
BR-364 tem desvios no KM 181, sentido Acre, com desvio emergencial.*



Ribeirinhos tentam chegar em casa usando barco. Água invadiu estradas (Foto: Departamento de Comunicação 17ª Brigada)

A cota do Rio Madeira, aferida às 7h15 desta quarta-feira (19) já marcava 17,81 metros – um aumento de 4 centímetros em 24h, de acordo com o Corpo de Bombeiros. São 1.338 famílias afetadas pela cheia do Rio Madeira em Porto Velho e em mais nove distritos, segundo dados atualizados dos Bombeiros. Somente na capital, entre desalojadas e desabrigadas, já são 1.150 famílias fora de suas casas.

Há 108 famílias desalojadas e 80 desabrigadas nos 9 distritos de Porto Velho (região do Baixo Madeira) afetados pela cheia: São Sebastião, São Carlos, Nazaré, Niterói, Curicacas, Papagaios, Lago do Cuniã, Boa fé e Calama, informou o oficial de comunicação da Sala de Gerenciamento de Crise, coronel Beltaeco Maique Alfa Demarglin.

A cidade de Nova Mamoré, que não foi listada entre as cidades em situação de emergência, possui 122 famílias desabrigadas, informou Alfa Demarglin. "Todas estas famílias já recebem abrigos e estão com assistência em execução", afirmou o oficial bombeiro.

CONT.



Na BR-364, há um desvio emergencial na altura do quilômetro 158 após a cidade de Jacy-Paraná, para dar condições de passagem aos veículos nos dois sentidos no trecho Porto Velho-Rio Branco. "Estamos em monitoramento constante. Nossos agentes informam que, na noite desta terça-feira (18), o transbordamento agravou e a lâmina de água na rodovia estava em 50 centímetros", informou pela manhã o inspetor da Polícia Rodoviária Federal João Bosco Ribeiro.

O oficial do Corpo de Bombeiros informou que os gastos com o socorro aos desabrigados são controlado por meio de planilhas. O cartão de Pagamento da Defesa Civil, autorizado pelo Ministério da Integração Nacional, deve ser entregue pelo Banco do Brasil ao comandante-geral do Corpo de Bombeiros ainda nesta semana.

O crédito a ser liberado pelo governo federal para custear todas as despesas não foi informado. A verba é destinada a compra de alimentos, medicamentos, locação de imóveis (se necessário), água potável e após as enchentes, a restauração de pontes, estradas e apoio à chamada operação "volta pra casa", por meio da distribuição de kit's limpeza.



Senadores aprovam auditoria do TCU para repasse de recursos a entidades indígenas
SÍTIO CENÁRIO MT, 19.02.2014

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) do Senado aprovou, nesta terça-feira (18/2), requerimento da presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), senadora Kátia Abreu, pedindo que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça auditorias e perícias no repasse de R\$ 72,6 milhões, pelo governo federal, a dez entidades indígenas.

O montante liberado para estas dez instituições representa 92% dos recursos repassados a 80 entidades defensoras das causas dos povos indígenas, de 2005 a 2013, que totalizam R\$ 79,3 milhões, de acordo com dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), administrado pelo governo federal. O objetivo da medida, segundo a senadora, é saber “da qualidade e da pontualidade nas prestações de contas dessas entidades ao poder público”.

Ainda segundo a senadora, é preciso saber se houve eficiência na aplicação dos recursos financeiros, além de verificar se a União exerceu seu dever constitucional de garantir a adequada aplicação do dinheiro nos projetos das referidas entidades. Do total de R\$ 79,3 milhões repassados, R\$ 63,8 milhões foram provenientes do Ministério da Saúde.

Ao justificar o requerimento, a presidente da CNA citou pesquisa encomendada pela CNA ao Instituto Datafolha, revelando que a qualidade da assistência à saúde é a principal queixa dos povos indígenas. O levantamento mostrou que 63% dos índios tiveram dificuldade para conseguir atendimento médico, índice que sobe para 75% na região Centro-Oeste. Para 30% dos entrevistados pelo Datafolha, o acesso ao sistema de saúde é o maior problema.

“Surpreende-nos que seja a saúde o maior investimento para as populações indígenas, pois é grande a insatisfação dos grupos que recebem atendimento nesta área”, afirmou a senadora. “Consideramos imprescindível e necessária uma detalhada auditoria, pelo TCU, dos repasses e da efetiva aplicação dos recursos transferidos para estas entidades privadas. É preciso verificar a regularidade e a eficiência na aplicação e no uso destes recursos no atendimento à população indígena”, completou.

As dez entidades citadas pela senadora no requerimento, que concentram 92% dos recursos repassados nos últimos nove anos, são: Conselho Indígena de Roraima; Operação Amazônia Nativa (Opan); Associação Indígena Akwe; Associação do Povo Indígena Zoro Panyjeje; Comitê Intertribal - Memória e Ciência Indígena (ITC); Associação Indígena Kanhru; Associação Indígena Mavutsinin; Associação Indígena Xerente; Associação Indígena Tupiniquim e Guarani; e Associação Indígena Tambe de Tomé Açu.

Assessoria de Comunicação CNA
Telefone: (61) 2109 1411/1419
www.canaldoprodutor.com.br



Aumentam casos de tuberculose entre os índios

SÍTIO BV NEWS, 19.02.2014

Em 2013 foram registrados cinco novos casos da doença entre os índios

A prevenção e o controle da tuberculose em Roraima são os principais temas tratados no encontro que reúne técnicos municipais, distritais e estaduais de saúde. No segundo dia do evento, quarta-feira, 19, as discussões giram em torno da incidência da doença na população indígena. Comparando os dois últimos anos, os casos da doença entre índios aumentaram. Em 2013, foram registrados 32 casos, contra 27 em 2012. Com isso, foi diagnosticado cinco novos casos no ano passado.

A Oficina de Avaliação e Programação das Ações de Controle da Tuberculose, que iniciou na terça-feira (18), seguirá até quinta-feira (20), no auditório do PRONAT-UFRR. A proposta é sair do encontro com um Plano de Ação elaborado para este ano. A programação vai de 8h às 18h, e no último dia somente pela manhã.

Segundo a gerente do Núcleo de Controle, Goreth Alves, serão apresentadas as realidades dos municípios de Uiramutã, Bonfim, Normandia, São João do Baliza, São Luiz, e em seguida pelos Distritos Sanitários Leste e Yanomami. "A incidência da tuberculose entre os índios merece maior atenção por se tratar de um público diferenciado, com aspecto social e cultural próprios", esclareceu.

Trata-se de uma população que possui características específicas como a forma de moradia que ajuda na transmissão da doença. "Muitas pessoas convivendo em um ambiente fechado. O tempo de exposição que pode ser maior que o estimado, ao contrário das cidades urbanas que existe uma política de prevenção e controle da doença, e por fim a imunidade baixa, que torna essa população ainda mais vulnerável", complementou a gerente.

Goreth salienta que por conta dessas peculiaridades da população indígena, faz parte da Política de Atenção do Ministério da Saúde, ações diferenciadas para este público, onde o foco é reforçar e diminuir o risco de adoecimento nestas regiões.

Em 2013, dados do Núcleo Estadual de Controle da Tuberculose mostram que, o número de casos novos ficou em 159, sendo 146 pessoas residentes em Roraima, contra os registros de 2012, em que foram identificados 123 casos novos, destes 114 residentes no Estado.

A transmissão da tuberculose é direta, de pessoa a pessoa, portanto, a aglomeração de pessoas é o principal fator de transmissão. A pessoa com tuberculose expõe, ao falar, espirrar ou tossir, pequenas gotas de saliva que contêm o agente infeccioso e podem ser aspiradas por outro indivíduo contaminando-o. Má alimentação, tabagismo, alcoolismo, falta de higiene ou qualquer outro fator que gere baixa resistência orgânica, também favorece o estabelecimento da tuberculose.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

Aos primeiros sintomas, como tosse por mais de três semanas, com ou sem catarro, é preciso procurar a Rede de Atenção Básica para realizar o exame de baciloscopia e o raio X, quando necessário, para identificar se trata-se ou não de tuberculose.



Quilombolas denunciam perseguições e maus tratos

SÍTIO ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS, 20.02.2014

Embaixadores da União Europeia manifestam solidariedade a descendentes de escravos.

Na reunião da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizada nesta quarta-feira (19/2/14), quilombolas e indígenas fizeram denúncias de perseguições e violações de seus direitos fundamentais a embaixadores da União Europeia. Eles também reclamaram de maus tratos e cobraram providências por parte das autoridades.

Um dos casos relatados durante a reunião foi o de Rosimeire dos Santos Silva, do Quilombo do Rio dos Macacos, no interior da Bahia. Ela disse que sua comunidade tem sido perseguida há mais de 40 anos por oficiais da Marinha. Rosimeire exemplificou que ela e o irmão foram amarrados por cordas, espancados e presos, além de terem sofrido humilhações verbais. Ela contou que um vídeo, feito pelos próprios oficiais e que atualmente está disponível na internet, mostra algumas das cenas de violência.

Embaixadores e deputados recebem denúncias de violações de direitos humanos

Ainda segundo Rosimeire, denúncias já foram feitas na Delegacia da Mulher e no Ministério Público Federal, mas nenhuma providência foi tomada. Além dela, outras pessoas da comunidade já sofreram violações de seus direitos, inclusive com casos de mulheres que, segundo ela, já teriam sido estupradas.

Já o cacique xakriabá Santo Caetano Barbosa ressaltou a luta travada por sua comunidade no Norte de Minas por mais espaço para trabalhar, já que as terras são ocupadas por grandes fazendeiros e empresas. Segundo ele, as comunidades são perseguidas, as lideranças são excluídas pela sociedade e o governo não garante os direitos dos povos tradicionais.

Os embaixadores europeus ouviram os relatos e manifestaram apoio à causa dos quilombolas e indígenas. "A injustiça em qualquer lugar ameaça a justiça de todos", afirmou a embaixadora chefe da delegação da União Europeia no Brasil, Ana Paula Zacarias, às dezenas de pessoas presentes na audiência pública.

"Isso tem uma ressonância nas nossas vidas e nos nossos países também. Vamos continuar nesta cooperação, estamos trabalhando ao lado de vocês na luta contra a discriminação. Estamos aqui em uma missão de solidariedade", ressaltou Ana Paula Zacarias, que estava acompanhada dos embaixadores da França, Denis Pietton, e da Eslovênia, Milena Smit.

Dívida histórica - Para a presidente da Associação dos Remanescentes de Escravos e Quilombolas de São Domingos, Evane Lopes Dias, um dos objetivos de uma liderança quilombola é lutar pelo bem, pela tranquilidade e pelos direitos de seu povo, bem como pela reparação do que chamou de "dívida" histórica do País com os descendentes de escravos.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

Evane tem sua história contada na obra "Dez faces da luta pelos direitos humanos no Brasil", apresentada durante a audiência pública, que relata a vida e a atuação de dez defensores dos direitos humanos no Brasil. "Este livro testemunha que a luta existe em todas as partes do mundo", salientou a embaixadora da Eslovênia, Milena Smit.

Para deputado, apesar dos avanços, há desafios



Avião se parte ao meio e deixa três pessoas feridas no Uiramutã

SÍTIO FOLHA DE BOA VISTA, 20.02.2014

CYNEIDA CORREIA

Da Redação

Um avião de pequeno porte, com três pessoas a bordo, partiu-se ao meio em um acidente no momento em que tentava pousar na pista da comunidade Manalai, habitada por índios Ingaricó, no Município de Uiramutã, norte do Estado, na tarde desta quarta-feira.

A pista fica localizada na curva do rio que banha a comunidade. O acidente aconteceu por volta das 14h30 devido aos fortes ventos na região. Quando o piloto percebeu que poderia passar direto e cair no rio, fez uma manobra brusca ("cavalo de pau"), fazendo com que a traseira da aeronave fosse lançada para fora da pista e se partisse.

No avião, fretado, estavam o piloto, um integrante da comissão do seletivo indígena e mais uma mulher indígena, grávida de 7 meses, que seria levada da sede do Uiramutã para a comunidade. Todos ficaram feridos, porém, nenhum em estado grave.

Uma das vítimas, o coordenador do Conselho dos Povos Indígenas Ingaricó (Coping), Dilson Domete Ingaricó, que atua na logística do processo seletivo para professores do Estado, contou para a Folha, ontem à noite, que estava levando os contratos dos docentes para serem assinados, pois a comunidade fica distante três horas da sede do município.

"Foi um choque! Estava levando os contratos para serem assinados e aproveitei para levar também merenda escolar para a comunidade. Mas, durante o pouso, a ventania estava forte e, quando o piloto aproximou a aeronave da pista, viu que não conseguiria parar o avião a tempo. Então, deu um 'cavalo de pau' e a traseira do avião caiu em um buraco, partindo-se", explicou. A cauda da aeronave ficou bastante destruída por causa do impacto com o solo.

Ele contou que, apesar de não haver ferimentos graves, a passageira grávida, que estava no avião, ficou em observação no posto médico da comunidade e só será levada hoje para um hospital na sede do município de Uiramutã. "Foi um susto muito grande! Todos na comunidade, quando viram a situação, começaram a chorar. Tanto crianças como adultos. Mas estamos todos vivos, só sentindo muitas dores", explicou.

Os passageiros foram trazidos para Boa Vista por outra aeronave e as reais causas do acidente ainda devem ser apuradas. A empresa proibiu aos passageiros de divulgarem fotos do acidente.



Comissão da Verdade ouve indígenas em audiência sobre expulsão de terras

SÍTIO DOURADOS AGORA, 20.02.2014

Evento inédito vai apurar violações de direitos humanos relacionadas à luta pela terra ou cometidas contra os povos indígenas no período de 1946 a 1988

A Audiência da Comissão Nacional da Verdade (CNV) em Dourados será realizada nesta sexta (21), a partir das 7:30, na Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Estarão presentes a psicanalista e membro da CNV Maria Rita Kehl, o procurador da República Marco Antonio Delfino de Almeida e os pesquisadores Marcelo Zelic, Spensy Pimentel e Jorge Eremites de Oliveira. O evento é coordenador pelo professor Neimar Machado (UFGD).

Serão ouvidos indígenas de 5 diferentes comunidades guarani e guarani-kaiowá de Mato Grosso do Sul, que irão falar sobre episódios de violência durante a ocupação do estado por colonos, como assassinatos, expulsão de territórios tradicionais e confinamento em pequenas reservas. Especialistas irão conduzir os depoimentos, dada a dificuldade dos indígenas em se expressar em português.

A coleta de depoimentos oficiais pela Comissão Nacional da Verdade pode subsidiar futuras ações de indenização coletiva em favor das comunidades indígenas ou outras ações compensatórias.

O evento será transmitido ao vivo pela internet, no link.

Violência

A população indígena de Mato Grosso do Sul é a 2ª maior do país, com mais de 70 mil pessoas. A maior etnia é a dos guarani, que habitam territórios ao sul do estado. A taxa de mortalidade infantil entre a etnia guarani-kaiowá é de 38 para cada mil nascidos vivos, enquanto a média nacional é de 25 mortes por mil nascimentos. Já a taxa de assassinatos - cem por cem mil habitantes 3 é quatro vezes maior que a média nacional, enquanto a média mundial é de 8,8. O índice de suicídios entre os guarani-kaiowá é de 85 por cem mil pessoas. Confira aqui a programação do evento.

Serviço:

Audiência Comissão Nacional da Verdade

21/02/2014 - 7:30 às 17:30

Violações de Direitos Indígenas (1946-1988)

Universidade Federal da Grande Dourados -

Rodovia Dourados - Itahum, Km 12 - Cidade Universitária/ Dourados (MS)



Lideranças indígenas de Dourados fazem marcha por demarcação

SÍTIO MS EM DIA, 20.02.2014

Dourados (MS) - Lideranças indígenas de vários acampamentos e aldeias da Grande Dourados reunidos no Trevo da Bandeira iniciam a Marcha por Demarcação de terras em Mato Grosso do Sul. A passeata deve seguir pela rodovia BR-463 (Dourados) até o trevo de Laguna Carapã.

Segundo o cacique Bonifácio Reginaldo Duarte, líder de uma nova aldeia conhecida como Bacuriti, na região de Dourados, o objetivo da Marcha é pressionar o governo federal para apressar o processo de regulamentação das áreas consideradas tradicionais indígenas que foram repassadas pela própria União a produtores que vieram de fora para cá, há décadas.

O cacique disse que o grupo não tem intenção de trancar a rodovia. No entanto, por questão de segurança dos indígenas que chegam de toda parte e moradores naquela vizinhança, a Polícia Rodoviária Federal (PRF/MS) vai fechar a estrada durante o manifesto.

A orientação, para quem vem de fora, é buscar vias alternativas para chegar a Dourados. Condutores que chegam da capital, Campo Grande, devem desviar pela rodovia MS-156, que corta a Aldeia Jaguapiru, onde até o momento não há qualquer movimentação fora do normal. Os que chegam de Ponta Porã, que faz fronteira seca com o Paraguai, devem trafegar pelo anel rodoviário, que passa ao lado do Aldeia Bororó.



Produtor de Iguatemi que teve fazenda saqueada inicia retirada do gado
SÍTIO FOLHA DE DOURADOS, 20.02.2014

O produtor rural Osmar Bonamigo iniciou a retirada dos animais da Fazenda Cambará, em Iguatemi, invadida e saqueada por indígenas na semana passada. Com o acesso limitado pelos Guarani Kaiowá, que invadiram a sede da fazenda descumprindo decisão da Justiça Federal, Bonamigo tenta recuperar parte do gado e maquinários retidos.

Os indígenas ignoraram decisão anterior da Justiça Federal, determinando a permanência do grupo em uma área de 100 hectares, próximo à sede da propriedade, invadida há mais de dois anos. "A justiça me multaria em R\$ 10 mil por dia caso não autorizasse a presença dos indígenas em parte da minha propriedade. Mas nenhuma multa é direcionada a eles, que invadem de forma violenta, saqueiam e ignoram qualquer determinação judicial", lamenta Bonamigo, durante a retirada dos seus bens da propriedade.

Referindo-se à ação contínua dos indígenas, que não param com as invasões e que rasgam mandados de reintegração de posse, como ocorreu ano passado em Sidrolândia, o presidente da Federação da Agricultura e Pecuária de MS (Famasul), Eduardo Riedel, chama atenção para o risco da inoperância do poder público diante do crime de invasão. "A certeza da impunidade diante da omissão do Governo Federal provoca a condição de absoluta insegurança jurídica e de caos social que presenciamos no Estado", enfatiza Riedel.

O presidente do Sindicato Rural de Iguatemi, Hilário Parisi, preocupa-se com a possibilidade de novas invasões. "Aqui na região são 46 propriedades inclusas nos estudos da Funai e uma já foi invadida. São áreas que concentram a produção do município. As invasões vão gerar além do impacto social, grande choque econômico", alerta Parisi.

Invadida pela primeira vez em 2011 a Fazenda Cambará teve o pedido de manutenção de posse determinada pela Justiça Federal no ano seguinte. O advogado do proprietário da fazenda, Armando Albuquerque, registrou boletins de ocorrências na Polícia Federal de Iguatemi, referente às ações violentas dos indígenas e registrará nesta semana, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, um pedido de nulidade da identificação da suposta área indígena.

Naquela região os estudos da Fundação Nacional do Índio (Funai) envolve cerca de 46 propriedades privadas, cerca de 14% da área territorial do município de Iguatemi.

Representantes da Famasul se reuniram ontem (19) com um grupo de pequenos produtores rurais de Bodoquena, que acrescentaram três propriedades invadidas por indígenas, no levantamento da Federação. Estância Amaralina de 148 hectares, a Chácara Recanto de 55 e a Tarumã de 24 hectares, passam a integrar a lista de 83 propriedades privadas invadidas no Estado.



Tetila pede melhor gestão do DSEI para a saúde indígena em MS

SÍTIO BBC NEWS, 20.02.2014

Mobilizações e protestos podem se prolongar enquanto governo não resolver problemas no órgão vinculado ao Ministério da Saúde.

Exibindo tetila dsei 19022014.jpg

O deputado estadual Laerte Tetila (PT) afirmou hoje (19/02) que o Ministério da Saúde deve estabelecer o diálogo junto ao DSEI (Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul) e a Sesai (Secretaria Especial da Saúde Indígena) para solucionar os problemas estruturais dos órgãos e melhorar o atendimento às comunidades indígenas no Estado. Um grupo mobilizado bloqueou ontem a MS-156, que liga Dourados a Itaporã, reivindicando que membros do governo federal verifiquem e resolvam a situação em diversos pólos de atendimento no Mato Grosso do Sul.

“O movimento é legítimo e quer apenas melhores condições para realizar o atendimento às comunidades indígenas. Há uma instabilidade na gerência do órgão, tanto burocrática quanto de gestão, afetando os profissionais que atendem nas diversas regiões de Mato Grosso do Sul e prejudicando os 74 mil indígenas do nosso Estado”, explica Tetila que recebeu um documento denunciando a falta de empenho da DSEI principalmente com relação ao andamento das licitações, fato que vem afetando diretamente a aquisição de medicamentos, de equipamentos e combustível para as equipes efetuarem as ações cotidianas.

Uma das reivindicações dos manifestantes, composto por servidores e indígenas, é a nomeação do coordenador distrital da secretaria no Estado, cargo que ainda é ocupado interinamente e que já passou por diversas alterações nos últimos anos. “Essas mudanças de chefia vem causando instabilidade administrativa e gerencial o que impede a elaboração de cronogramas executivos, causando problemas de gestão. Isso tem desestimulado os servidores que a cada dia trabalham em condições mais precárias. Quem sofre com isso, além dos profissionais, são as famílias das mais diversas etnias que dependem diretamente dessa assistência em saúde para sobreviver”, destaca o deputado Tetila.

O parlamentar está convencido que recursos financeiros existem e o governo da presidenta Dilma Rousseff tem feito empenho para liberá-los. “Vamos acionar o Ministério da Saúde e a bancada federal para romper as barreiras burocráticas no Mato Grosso do Sul. É preciso melhorar a qualidade dos serviços oferecidos às comunidades indígenas urgentemente. Os agentes de saúde e saneamento clamam pelo diálogo na busca de solução. Ouvir e atender os servidores torna-se imprescindível para a saúde indígena”, conclui o deputado estadual Laerte Tetila.

Assessoria de Imprensa - Deputado Estadual Laerte Tetila

Foto: Giuliano Lopes - ALMS

(67) 3389-6313



Deputados abrem debate sobre a questão energética

SÍTIO DIÁRIO ON LINE, 20.02.2014

A questão energética é o primeiro item da pauta do fórum criado pela Assembleia Legislativa (AL) para discutir o desenvolvimento do Estado, e que acontece nos dias 20 e 21 de fevereiro, no auditório João Batista do prédio sede do Poder Legislativo.

Temas como a interdependência do crescimento econômico e a energia, impactos sociais e ambientais dos grandes projetos, em particular a construção da hidrelétrica de Belo Monte, e o direito dos povos indígenas frente aos desafios da geração de energia hidrelétrica serão debatidos durante os dois dias. No dia 20, a partir das 14h, o Fórum será aberto sob a presidência de Márcio Miranda, com a instalação e composição da Mesa Oficial por autoridades do Estado.

O primeiro debate instalado será sobre "O crescimento econômico e energia", tendo à frente a pesquisadora Clarice Ferraz, do Grupo de Economia de Energia do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e por Nícias Ribeiro, secretário extraordinário de assuntos de energia do Governo do Pará.

O tema seguinte tratará dos "Impactos sociais e ambientais: modelos e estratégias de mitigação", e iniciará a partir das 16h. dessa explanação participam Henri Acselrad, pesquisador do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional da UFRJ, Pedro Bara, pesquisador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico do Instituto de Economia da mesma universidade. No dia 21, a partir das 14h, o debate será sobre o "Direito dos Povos Indígenas frente aos desafios da geração de energia hidrelétrica", a ser abordado pelo doutor em Desenvolvimento Sustentável, Manoel Alves, professor do Departamento de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade do Estado do Pará (Uepa) e por Antônio Elias Filho, diretor de Construção da Norte Energia.

Márcio Miranda afirma que os resultados dos debates serão remetidos ao governador e aos secretários de Estado afeitos à questão para a produção de políticas públicas. "Queremos sugestões que venham para melhorar o processo de produção de energia, e com isso gerar mais desenvolvimento com maior estímulo a criação de emprego e renda para o nosso Estado", justificou o parlamentar.

(Diário do Pará)



MPF pede regularização urgente da educação indígena em Santarém, PA
SÍTIO G1, 20.02.2014

Ação pede que escolas considerem peculiaridades das comunidades. MPF pede ainda consulta prévia aos indígenas para discussão do tema.

O Ministério Público Federal (MPF) entrou com ação na Justiça Federal em Santarém, oeste do Pará, na última segunda-feira (17), pedindo a regularização em caráter de urgência da educação indígena no município, uma vez que, segundo o MPF, a legislação que exige que a educação indígena seja promovida de acordo com as necessidades e características socioculturais específicas das comunidades atendidas está sendo descumprida.

Na ação, o MPF destaca que, embora o governo federal repasse recursos específicos para 36 escolas indígenas de Santarém, Portaria publicada em janeiro deste ano pelo Município não prevê gestão de acordo com as particularidades dessas escolas, tratando-as como escolas rurais comuns.

O MPF pediu à Justiça Federal decisão liminar (urgente) que obrigue o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a realizar, em um mês, auditoria sobre a execução das verbas dos programas Alimentação Escolar Indígena e Mais Educação Indígena. Caso a auditoria não esteja concluída em 30 dias após o FNDE ter sido notificado da decisão judicial, o MPF quer que os recursos repassados a esses programas sejam enviados diretamente às escolas até haja a regularização da educação indígena.

O Ministério Público pede que a União, o Estado e o Município apresentem relatórios mensais com detalhes sobre as ações desenvolvidas na gestão, oferta, e execução de serviços escolares aos indígenas em Santarém. A ação pede ainda que a Justiça obrigue a realização de consulta prévia aos indígenas para decisões a respeito da educação indígena no município, com a posterior edição de regulamento que organize as escolas indígenas de acordo com suas normas e diretrizes curriculares específicas.

Caso a Justiça acate os pedidos e as decisões não sejam cumpridas, o MPF pede a aplicação de multa de R\$ 1 mil por dia.



Índios invadem fazenda em MS e pecuarista tenta retirar gado

SÍTIO NOTÍCIAS DA PECUÁRIA, 20.02.2014

Na última semana, mais uma fazenda no Mato Grosso do Sul foi invadida por índios Guarani Kaiowá. Trata-se da Fazenda Cambará, no município de Iguatemi.

Carla Layane

Os indígenas ignoraram decisão anterior da Justiça Federal, determinando a permanência do grupo em uma área de 100 hectares, próximo à sede da propriedade, invadida há mais de dois anos, revela a assessoria de imprensa da Famasul.

O produtor rural Osmar Bonamigo, dono da propriedade, tenta retirar parte do gado e do maquinário

“A justiça me multaria em R\$ 10 mil por dia caso não autorizasse a presença dos indígenas em parte da minha propriedade. Mas nenhuma multa é direcionada a eles, que invadem de forma violenta, saqueiam e ignoram qualquer determinação judicial”, lamenta Bonamigo, durante a retirada dos seus bens da propriedade.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

Indigenista Sydney Possuelo conversa sobre a convivência entre índios e brancos
SÍTIO CÂMARA DOS DEPUTADOS, 20.02.2014

<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/tv/materias/PONTO-DE-VISTA/462122-INDIGENISTA-SYDNEY-POSSUELO-CONVERSA-SOBRE-A-CONVIVENCIA-ENTRE-INDIOS-E-BRANCOS.html>

Boa parte do que se fala ou se escreve sobre a questão indígena reflete certa dose de hostilidade ou pelo menos desconhecimento a respeito do significado dos índios em nossa história. O Ponto de Vista preparou uma série de programas para levar ao telespectador novos dados sobre o tema.

Neste segundo programa, o indigenista Sydney Possuelo, reconhecido internacionalmente pelos trabalhos de aproximação com tribos isoladas, conversa sobre a convivência entre índios e brancos.

Assista também ao documentário Sydney Possuelo: uma vida amazônica.



Deputado que chamou índios e gays de “tudo que não presta” será processado por quebra de decoro

SÍTIO PORTAL ÁFRICAS, 20.02.2014

A coordenação da Frente Parlamentar de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (19) a abertura de processo contra o deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS) na Corregedoria da Casa, por quebra de decoro parlamentar.

O deputado é acusado pela Frente de incitar a violência e o preconceito em declarações que classificam quilombolas, índios, gays e lésbicas como “tudo que não presta”.

O vídeo com a fala de Heinze circulou nos últimos dias na internet e é fruto de uma audiência pública da Comissão de Agricultura da Câmara, que aconteceu em novembro de 2013 na cidade de Vicente Dutra, norte do Rio Grande do Sul.

No vídeo, o deputado acusa o governo federal de abrigar movimentos sociais a favor da reforma agrária e da invasão de terra. “Gilberto Carvalho também é ministro da presidenta Dilma (Rousseff). É ali que estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta, ali está alinhado. E eles têm a direção, têm o comando do governo”, disse Heinze no vídeo, editado, e que não traz o início de sua fala.

Num dos trechos do vídeo, Heinze aparece falando sobre o uso de segurança privada em propriedades rurais para impedir ocupações. Ele cita o exemplo do Pará e do Mato Grosso do Sul e pede aos proprietários que “defendam” suas terras dos invasores.

“No Pará, eles contrataram segurança privada. Ninguém invade no Pará porque a Brigada Militar não lhes dá guarida lá e eles têm de fazer a defesa das suas propriedades. Por isso, pessoal, só tem um jeito: se defendam. Façam a defesa como o Pará está fazendo, como o Mato Grosso do Sul está fazendo”, aponta.

Para a deputada Érika Kokay (PT-DF), que faz parte da organização da Frente Parlamentar de Direitos Humanos, o discurso do deputado do PP é uma grave violação dos direitos das minorias e contém alto grau de preconceito e ódio.

“Essas declarações são inadmissíveis e expressões fascistas que afrontam a Constituição e a Democracia no Brasil. Elas representam quebra de decoro parlamentar e não podemos tratar como algo natural. É uma expressão de barbárie e não tem nada de inocente. É um discurso que afia as facas, estimulando a violência e a lógica de discriminação que o Brasil não pode mais suportar e fechar os olhos”, argumenta Kokay.

Além de abertura de representação na Corregedoria da Câmara, os cerca de dez deputados que fazem parte da coordenação da Frente Parlamentar dos Direitos Humanos vão pedir à Procuradoria Geral da República (PGR) que abra processo contra Luis Carlos Heinz por incitação ao crime e a violência.



Deputado que atacou gays, quilombolas e índios pede desculpas

SÍTIO GAZETA DO POVO, 20.02.2014

Foco de duas representações da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos Humanos da Câmara, o deputado federal Luiz Carlos Heinze (PP-RS) disse que manterá suas críticas contra a política agrária do governo federal, mas voltou a pedir desculpas a homossexuais, indígenas e negros. Em audiência da Comissão de Agricultura, em novembro passado, no Rio Grande do Sul, Heinze classificou índios, gays e quilombolas como "tudo o que não presta".

O deputado será questionado pela Frente Parlamentar na Corregedoria da Câmara por quebra de decoro parlamentar e na Procuradoria-Geral da República por incitação ao crime e à violência. Em vídeo, Heinze aponta o ministro Gilberto Carvalho (Secretaria-Geral da Presidência) como "foco do problema" agrário. "O Gilberto Carvalho também é ministro da presidente Dilma. E é ali que estão aninhados quilombolas, índios, gays, lésbicas, tudo que não presta", declarou. "Não podemos ficar omissos a uma situação tão grave quanto essa", reagiu a deputada Luiza Erundina (PSB-SP).

Moradores de Ilha de Maré fecham entrada do Porto de Aratu e denunciam contaminação da população

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.02.2014



Porto de Aratu 2

Tania Pacheco, com informações do MPP-BA

Por volta das 5 horas da manhã desta quinta-feira (20), moradores das comunidades pesqueiras e quilombolas de Ilha de Maré, em Salvador, fecharam a entrada do Porto de Aratu em protesto aos danos socioambientais causados pela explosão do navio Golden Miller no ano passado.

Os pescadores pedem soluções para os o agravamento dos danos socioambientais na região de Ilha de Maré, incluindo a diminuição no fluxo de poluentes que transitam no porto, além da suspensão da ampliação de empreendimentos e emissão de novas licenças nas proximidades do Porto de Aratu para proteger a saúde e o trabalho dos pescadores.

No momento, dezenas de carretas e caminhões estão parados no local. Todas as empresas do Porto de Aratu estão paradas. Com o fechamento da rodovia os trabalhadores não puderam entrar.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 33./ 2014

Brasília, 20 de fevereiro de 2014.

O Movimento dos Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP-BA) e a Comissão das Comunidades Tradicionais Pesqueiras de Ilha de Maré denunciam a contaminação da população local por metais pesados e os danos à saúde causados pela poluição atmosférica, o que leva a um aumento significativo no número de pessoas com asma e infecções respiratórias, principalmente em crianças, além da incidência de câncer e morte de pessoas jovens das comunidades envolvidas.

Entre as pautas de reivindicação estão a revisão das licenças ambientais ligadas ao Porto de Aratu e o aprimoramento dos planos de segurança e contingência para proteger a população de Ilha de Maré nos casos de acidentes, prevendo situações emergenciais de fuga e disponibilizando equipamentos de segurança individual para os moradores.

A ministra-chefe da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Brasil, Luíza Bairros, entrou em contato com a coordenadora nacional do MPP-BA e prometeu negociar a situação dos pescadores de Ilha de Maré com as empresas do Porto de Aratu.

Fortemente armada, a Polícia já chegou ao local da manifestação, no Porto de Aratu.

MS – Escritório da Funai na aldeia Jaguapiru, em Dourados, foi invadido e destruído. Isso é terrorismo!

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 20.02.2014



Tania Pacheco – Combate Racismo Ambiental

Esta madrugada, o escritório da Coordenação Técnica Local da Funai na aldeia Jaguapiru foi arrombada e invadida. Todos os equipamentos foram destruídos, incluindo a documentação de indígenas, arquivada em pastas. Evidentemente, as famílias das aldeias Jaguapiru e Bororó, na reserva de Dourados, serão prejudicadas.

Trata-se de mais uma ação terrorista de ameaça e intimidação a indigenistas, técnicos e funcionários, bem como de destruição de patrimônio público. O clima é de medo entre os servidores.

Isso não pode continuar: o governo federal tem a obrigação de usar seu poder policial para evitar que fatos como esse continuem a ocorrer, principalmente no Norte e Centro-Oeste. Isso se chama terrorismo, Presidente Dilma!



Expurgo do Maranhão: Secretaria Geral da Presidência da República quebra acordo negociado por Katia Abreu e iniciará expulsão de agricultores na próxima segunda-feira

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 20.02.2014

Sob pressão da Secretaria Geral da Presidência da República a Justiça Federal do Maranhão voltou atrás no acordo mediado pela Confederação Nacional da Agricultura e pela Federação de Agricultura do Maranhão que garantiu o adiamento do início da expulsão dos agricultores que vivem na área demarcada pela Funai para índios Awá, no Maranhão. O acordo era para que a expulsão começasse 40 dias depois da última notificação, ou seja, no dia 9 de março, dando mais tempo ao Incra para reassentar as famílias expulsas. O planejamento da Governo, a cargo da Secretaria Geral da Presidência, era iniciar o processo de expulsão a partir do dia 24 de fevereiro.

Na quinta-feira (13/2), o juiz federal José Carlos do Vale Madeira, responsável pelo caso, mediou uma reunião na qual o Incra não conseguiu apresentar um plano plausível para o reassentamento das famílias que serão expulsas. Diante do impasse, o Juiz decidiu que o prazo de 40 dias passaria a contar da última notificação e não da primeira, como desejava o representante da Secretaria Geral da Presidência na reunião, Nilton Tubino. Além de Tubino, também estavam presente representantes do Ministério Público Federal, da Advocacia-Geral da União, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Funai, Força Nacional, Censipam, CNA, Faema e Fetaema.

O acordo chegou a ser comemorado na página oficial da CNA: CNA e Faema obtêm vitória para garantir direitos de produtores rurais no Maranhão

Foi também noticiado aqui no #Qi: Adiada a desintrusão da Terra Indígena Awá-Guajá, no Maranhão. Incra não apresenta solução para reassentamento de agricultores

Entretanto, o último informe oficial do governo sobre a desintrusão (Informe 16 – Operação de desintrusão da Terra Indígena Awá"), notícia que o Juiz Federal José Carlos Madeira voltou atrás no acordo e decidiu iniciar o processo de expulsão dos agricultores já na próxima segunda-feira, 24 de fevereiro, conforme queria Nilton Tubino e o núcleo indigenista do Governo.

A justiça expedirá mandados de remoção das pessoas e de demolição das casas e demais benfeitorias erguidas na área demarcada. Ninguém terá direito a indenização. 427 famílias, a maioria pobres, foram notificadas e serão expulsas caso não saiam voluntariamente. Desse total, apenas 265 famílias foram cadastrados pelo Incra, e só 224 estão aptas a serem reassentadas. 203 famílias serão jogadas na rua.

Assim como na desintrusão anterior, da Terra Indígena Marãiwatsédé, o plano original da desintrusão feito pela Secretaria Geral da Presidência da República era jogar todas as famílias

CONT.



no olho da rua. Mas sob pressão da CNA e da Faema, o Incra propôs reassentar 224 delas em assentamentos já existentes nos municípios de Parnarama e Coroatá, no extremo leste do Maranhão, quase na divisa com o Piauí. As áreas oferecidas são de baixíssimo potencial produtivo e não têm qualquer infraestrutura básica, razão pela qual os lotes estão vazios nos assentamentos já consolidados.

Além de não ter onde reassentar as famílias a região está em pleno período chuvoso. As estradas estão intrafegáveis o que torna impossível para os agricultores retirarem seus pertences e animais da área.

O Centro de Referência de Assistência Social de Governador Newton Bello, município vizinho à área demarcada, enviou uma nota à Secretaria Nacional de Direitos Humanos alertando sobre os riscos da "desintrusão" ocorrer no período de chuvas. Um funcionário do Centro que não quis se identificar por temer retaliações, enviou através do Fale Conosco do Questão Indígena uma denúncia de que teria avisado os órgãos do governo sobre o risco de forçar a saída dos agricultores nessa época.

Segundo a denúncia que recebemos "estradas escorregadias, ladeiras íngremes com curvas fechadas e em solos ascendentes sem nenhuma proteção nas laterais, abismos com cerca de trinta a cinquenta metros de profundidade e pontes improvisadas que ameaçam cair", são alguns dos riscos que passarão dos agricultores. A denúncia informa ainda que foi neste mesmo trajeto, por onde terão que passar os agricultores expulsos, que morreu em um acidente de carro anos atrás o coordenador do Cimi do Maranhão, Claudio Ubiali.

De acordo com o 16º boletim oficial da desintrusão, as solicitações dos advogados enviados pela CNA e Faema para que o início do expurgo dos agricultores fosse adiado não foram aceitas. "Não vejo possibilidade de retardar o prazo", afirmou o juiz José Carlos Madeira. Ele explicou que tomou todas as precauções para que a expulsão dos agricultores ocorra de forma pacífica e sem conflitos. "A sentença será cumprida", reiterou o juiz.